

Senado deve aprovar empréstimos

13 ABR 1982

Da sucursal de
BRASILIA

A partir de maio o Senado deverá cumprir, uma semana por mês, períodos de votação maciça de projetos, liberando os parlamentares nos demais dias para que eles possam dedicar-se à campanha eleitoral nos Estados.

Esse esquema, comum nos anos eleitorais, está sendo acertado pelos líderes Humberto Lucena (PMDB) e Nilo Coelho (PDS) para dar vazão à ordem do dia, incluindo os projetos de empréstimos para Estados e municípios.

Lucena, ao revelar os entendimentos mantidos com o líder do governo — e que a seguir serão levados ao presidente do Senado, Jarbas Passarinho — nega-se a aceitar a afirmativa de que as oposições promovem a obstrução da pauta. Para ele, não há nenhum bloqueio às votações, mas “apenas falta de quórum, motivada principalmente pela ausência de senadores governistas”.

O líder oposicionista advertiu, porém, que os itens a serem incluídos na ordem do dia, nos períodos de “esforço concentrado”, devem, antes, ser negociados pelas lideranças partidárias, admitindo, no caso de empréstimos, que quase todos — sobretudo os destinados a municípios — serão acolhidos pelo PMDB.

Algumas proposições, acrescentou Lucena, só serão aprovadas se o governo colocar em plenário 34 senadores. Apon-tou, como exemplo, o item um da pauta, que estabelece normas gerais de Direito Tributário, originário do Palácio do Planalto e com o qual as oposições não concordam.

Os oposicionistas, segundo Lucena,

não têm nenhum interesse em paralisar o Senado, mas a aprovação das propostas dependerá de exame prévio com a bancada governista.

BILHÕES DE DÓLARES

Mais de 300 pedidos de empréstimos dos Estados e municípios, no valor de três bilhões de dólares, que teriam aplicação em obras no início do ano eleitoral, dependem ainda de aprovação do Senado. Desde o final de 1980 o Senado não delibera sobre a matéria por causa da obstrução oposicionista, na maior parte do tempo mantida solitariamente pelo senador Dirceu Cardoso (PMDB-ES). Se não houver entendimento entre as oposições e o governo, dificilmente esses empréstimos serão aprovados antes de 15 de novembro, com sensíveis prejuízos para a campanha eleitoral que, no País, costuma ser feita com base em pequenas obras nos seus quase quatro mil municípios.

A liderança do governo no Senado vem lutando por todos os meios para encontrar uma fórmula que permita a rápida aprovação desses pedidos, impedindo a obstrução das oposições. No momento, tramitam no Senado dois projetos com esse objetivo, de autoria dos vice-líderes governistas José Lins, alterando o regimento para facilitar a tramitação dos empréstimos, e de Bernardino Viana, que elimina sua apreciação da esfera da Casa, no caso de empréstimos internos.

A maioria dos senadores não acredita na aprovação dos projetos, lembrando que a própria obstrução desenvolvida nos casos dos empréstimos servirá para retardar sua aprovação. O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, decidiu não incluir na ordem do dia nenhum pedido de empréstimo se não houver acordo entre os

partidos, ou, pelo menos, um meio de aprová-los sem o desgaste sofrido pelo PDS no ano passado. Para aprovar essas mensagens serão necessários os votos de 34 senadores e, embora o PDS tenha 37 parlamentares em sua bancada, muitos não demonstram interesse pela questão, ou se negam a dar *quorum* à votação por divergências políticas com os governadores de seus Estados.

O senador Jarbas Passarinho discorda da obstrução sistemática das oposições, afirmando que ela vem causando grandes prejuízos aos municípios que necessitam construir hospitais, escolas, creches e outras obras de indiscutível importância para suas comunidades.

PRESIDÊNCIA

Na Câmara, a sessão de ontem foi encerrada uma hora e meia antes do prazo, com apenas quatro deputados em plenário. No momento da maior concentração de parlamentares — não mais do que 15 — o deputado Elíquisson Soares (PMDB-BA) denunciou que o ministro do Interior “está em franca campanha para a Presidência da República.”

O ministro Mário Andreazza gasta recursos incalculáveis, ora em propaganda pelos jornais, ora em cheques mesmo, que distribui segundo a sua conveniência pessoal a prefeitos dos mais distantes municípios deste País”, disse Elíquisson.

Com apoio, em aparte, do deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), Elíquisson criticou também a atuação do Banco do Brasil, que segundo ele, “tornou-se suspeito perante a Nação, por receber ordens de cima, não operar mais como banco, mas como instrumento político do governo, para o grupo Quatro Rodas, para o escândalo da mandioca, etc.”

ESTADO DE SÃO PAULO